SINERGIA DOS PODERES PÚBLICOS NA SOLUÇÃO DEFINITIVA DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS

Foi com indescritível satisfação que vi publicado pelo governador Romeu Zema, o [Decreto estadual 47.772 de 02/12/2019](#) que criou o **Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais em Financiamento de Projetos de Medidas de Controle e Reparação Ambiental**.

Quando assumi o cargo de ouvidora geral do estado de Minas Gerais, no governo Anastasia, e na condição de vice-presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem do CREA- MG iniciei uma longa e persistente peregrinação pelos mais diversos poderes públicos, em busca da viabilização do uso da mediação para a solução definitiva de passivos ambientais, instaurados a partir das autuações, com o fim de priorizar notadamente a recuperação dos danos ambientais, permitindo ainda a eliminação completa e definitiva das consequências jurídicas da infração para o autuado, perante os órgãos ambientais envolvidos e o Ministério Público.

Após cinco anos de estudos e tratativas, o sonho se tornou realidade e Minas Gerais se tornou pioneira com a publicação do [Decreto 47.772 de 02/12/2019](#), que prevê a possibilidade de adesão ao Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais. Através de acordo celebrado com o autuado, o órgão público autuante e o Ministério Público, seguido de homologação judicial, nos termos da Resolução conjunta que ainda será publicada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, pelo Tribunal de Justiça e o Ministério Público, o autuado se compromete a recompor os danos ambientais e obtém a redução da multa aplicada. Parte da multa paga será ainda destinada diretamente aos programas de recuperação ambiental.

Parabenizo a todos os envolvidos: os governadores do estado de Minas Gerais, Anastasia e Zema, que iniciaram e concluíram o projeto, seus secretários de meio ambiente e ouvidores, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público .

[O Decreto 47.772 de 02/12/2019](#) é o resultado da desejada e ampla sinergia dos poderes públicos, criando um inédito rito de ações conjuntas, que certamente servirá de referência para os demais estados da federação. O decreto permitirá benefícios inestimáveis ao meio ambiente, imprimindo mais rapidez na recuperação dos danos, benefícios ao autuado, que obterá a solução definitiva e única das consequências jurídicas decorrentes do mesmo fato e benefícios à sociedade com a pacificação dos conflitos, evitando os custos da judicialização.

Célia Pimenta Barroso Pitchon

Barroso Advogados Associados